

ECONOMIA

Reforma tributária fica para depois do Carnaval

DE BRASÍLIA

O Senado adiou a votação da reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para o próximo dia 16, depois do Carnaval, e expôs a falta de consenso sobre a proposta.

Sob críticas, o relator Roberto Rocha (PSDB-MA) apresentou novo parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Os discursos após a leitura do parecer expuseram as resistências à proposta, que vieram de representantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. “Tenho de me preocupar com o meu estado, em que qualquer mexida, qualquer movimento, pode realmente acabar com a economia do Amazonas”, disse o senador Omar Aziz (PSD-AM).

“Não dá para votar essa matéria”, afirmou Fernando Bezerra (MDB-PE). “Os estados produtores, que são

a maioria dos estados, que consomem pouco, não podem definhar”, emendou Simone Tebet (MDB-MS).

Além das resistências, os senadores não veem empenho do Planalto para aprovar a proposta. Nesta semana, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que só se faz reforma tributária em período de crescimento econômico, com aumento na arrecadação. Reservadamente, parlamentares que formularam a PEC reagiram com críticas. Um deles disse à reportagem que a declaração é “discurso de quem não entende do assunto”.

SIMPLIFICAR COBRANÇA

O parecer lido ontem na CCJ do Senado prevê dois impostos: um federal, substituindo PIS e Cofins por meio da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e outro estadual e municipal, que prevê a união do ICMS e do ISS. (EC)

ARRECADAÇÃO

A arrecadação de impostos e contribuições federais atingiu R\$ 235,3 bilhões em janeiro, o maior valor da série histórica para o período, segundo a Receita Federal. O resultado traz aumento real (descontada a inflação) de 18,3% na comparação com janeiro do ano passado. Em relação a dezembro, houve crescimento real de 20,71%. A lucratividade das empresas foi o principal fator que levou ao recorde. Segundo a Receita, as empresas tiveram resultado acima do projetado em 2021, o que levou ao pagamento de R\$ 12,5 bilhões a mais referente ao ajuste que tem de ser feito no início do ano pelas maiores empresas do País.